

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ENTRE VONTADES, DIREITOS E PROGRAMAS, O PENSAMENTO DE FREIRE SE (DES)FAZ

Isabelle de Luna Alencar Noronha¹

Maria Dulcinea da Silva Loureiro²

RESUMO

O analfabetismo de jovens e adultos continua a ser um problema ainda não resolvido em nosso país. A experiência histórica evidencia que as ações pautaram (e continuam a pautar-se) em campanhas e programas que objetivam a erradicação do analfabetismo, mas que não chegam ao cerne do problema e, portanto, não conseguem resolvê-lo. O presente artigo traz reflexões a cerca do pensamento pedagógico de Paulo Freire com o objetivo de refletir como práticas e programas de alfabetização de adultos se utilizaram do ideário de Freire para fundamentar seus pressupostos. Trata-se de uma reflexão teórico-prática, fundamenta-se teoricamente nos trabalhos de Gadotti (2010), Freire (1991; 1981; 2010), Romão (2006), Gauthier e Tardif (2010) dentre outros que pensam a educação com uma visão progressista. O texto está estruturado em dois momentos o primeiro trata historicamente a educação de jovens e adultos e no pensamento de Paulo Freire; o segundo apresenta duas propostas para a educação de jovens e adultos, o Projovem Urbano e o Programa Brasil Alfabetizado, mostrando como a concepção de Freire se apresenta de forma ambígua nos discursos, mas não se efetiva nos processos de formação e na elaboração dos projetos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; alfabetização; programas; Paulo Freire.

ABSTRACT

The youth and adult illiteracy remains an unsolved problem in our country. Historical experience shows that actions based (and continue to be guided) in campaigns and programs that aim to eradicate illiteracy, but that does not reach the heart of the problem and therefore can not solve it. This article contains reflections about the educational thought of Paulo Freire in order to reflect practices and adult literacy programs that made use of Freire's ideas to justify their assumptions. It is a theoretical-practical reflection based on the work of Gadotti (2010), Freire (1991, 1981, 2010), Romão (2006), Gauthier and Tardif (2010) among others who think education with a progressive vision. The text is structured in two moments: the first is historically the education of young people and adults at the thought of Paulo Freire; the second presents two proposals for the education of youth and adults, Projovem Urbano e o Programa Brasil Alfabetizado, showing how the conception of Freire is presented ambiguously in speeches, but not take action in the processes of training and preparation of projects.

Keywords: Education of youth and adults; Literacy; Programs; Paulo Freire.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

² Profa. Dra.do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri URCA.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2009) a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 10% para 9,7% entre 2008 e 2009, o que representa ainda cerca de 14,1 milhões de sua população³ jovem e/ou adulta considerada analfabeta.

A educação de jovens e adultos nunca fora uma prioridade na história educacional do Brasil, mas se constituiu em alvo de ações episódicas e paralelas: campanhas e cruzadas em prol da erradicação do analfabetismo no país.

Somente na década de 1940 quando da desejada consolidação do processo de industrialização, e o resultado do censo de 1940 que desnudou em números os altos índices de analfabetismo de um país que queria adentrar no mundo industrializado, é que a educação de adultos passa a compor o rol de preocupações dos governos.

É no ano de 1947, segundo Moll (2009) que o governo brasileiro lança, pela primeira vez na história, uma campanha de âmbito nacional visando alfabetizar a população. Inicialmente foram criadas 10 mil salas de alfabetização em todos os municípios do país. O projeto não vingou o que, segundo Soares (2001), ocorreu devido a falta de conhecimentos e acúmulo de informações sobre os processos de alfabetização para jovens e adultos tanto de educadores como da própria organização escolar, o que fez com que esta campanha se assentasse em bases fracas e não lograsse êxito.

Antes, porém, houve ações pontuais como em 1915 quando organizou-se a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, em reunião ocorrida no Clube Militar do Rio de Janeiro⁴: “combater o analfabetismo é dever de todo brasileiro”. No entanto, apesar dos movimentos da Liga e dos objetivos governamentais, proclamados no auge do “entusiasmo pedagógico” e do “otimismo pedagógico” que o segue, a escola se mantém na década de 1920, como privilégio da classe fundiária dominante, da burguesia industrial em ascensão e das camadas médias da população. Ribeiro (1998, p. 81) afirma que mais da metade (65%) da população brasileira de 15 anos e mais em 1920 havia sido totalmente excluída da escola.

A partir da década de 1930, com a industrialização e a conseqüente urbanização, há um crescimento da demanda social para a educação, pelas novas exigências do capital em termos de mão de obra qualificada e alfabetizada. São, portanto, movimentos de transformação na organização da produção e do espaço que vão intervindo e determinando mudanças nos rumos da educação.

Da criação do Serviço de Educação de Adultos em 1947 até a década de 2000, predominaram no Brasil as “cruzadas” e as “campanhas” pela “erradicação do analfabetismo no país”, dentre estas, destacamos: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA – 1947-1963); a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963); a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA – 1958-1963); O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL⁵); Movimento de Alfabetização (MOVA); Programa de Alfabetização Solidária (PAS/1996), Programa Brasil Alfabetizado (2003); o Ensino Supletivo (Lei Federal nº 5.692/71) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em segmentos, entre outras.

³ Ficam de fora deste número os considerados analfabetos funcionais. Segundo o censo de 2010 a população brasileira é de 190.755.799 pessoas.

⁴ Já em 1913, o regulamento dos institutos militares determinava a alfabetização de recrutas analfabetos, bem como a educação continuada dos alfabetizados, para progressão na carreira das armas. (ROMÃO, 2006, p. 36)

⁵ Criado em 1967 o Mobral só foi instalado em 08 de setembro de 1970, época de consolidação do regime ditatorial militar, este programa substituiu a então proposta nacional de alfabetização de adultos pelo método de Paulo Freire do governo João Goulart, antes do golpe.

No campo internacional a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, desde a sua criação, também trouxe contribuições ao tema em tela, em 1949 a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos foi realizada na Dinamarca, neste mesmo ano no Brasil há o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos; a II Conferência aconteceu em 1960, as quais seguiram-se e seguem-se outras, temos destaque a IV Conferência acontecida em Paris em 1985, que colocou como preocupações centrais,

- a) O Combate ao analfabetismo sob novas alianças entre instituições governamentais e organizações não-governamentais;
- b) A prioridade à educação da mulher;
- c) O estabelecimento de vínculos entre a educação formal e não-formal na perspectiva da aprendizagem;
- d) O impacto decisivo da *mass media* na aprendizagem;
- e) A necessidade de criatividade e inovação a aprendizagem de adultos;
- f) O analfabetismo funcional nos países industrializados. (ROMÃO, 2006, p.31)

Percebemos pela fala de Romão que ainda nos anos 1980 os problemas da EJA persistem, agora em novos cenários, em que são propostas “novas alianças” principalmente entre comunidade civil organizada e governos. Isso se efetiva no processo de redemocratização quando para as novas organizações comerciais, a educação torna-se (mais uma vez?) a estratégia para o desenvolvimento moderno. O que exige novo olhar para a EJA.

Voltemos aos anos 1960 e encontramos um personagem central, não só para o Brasil, mas para o mundo, nas discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos: o professor Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997). Ele marcou o pensamento educativo da segunda metade do século XX com a sua Pedagogia do Oprimido (1968), em favor dos “esfarrapados do mundo”.

Nela, apresentou a educação como um caminho para a libertação permanente, que se realiza em duas etapas. A primeira se produz quando as pessoas se tornam conscientes da sua opressão e, através de sua práxis (noção marxista que serve para designar a prática orientada para a mudança social), elas transformam o *status quo*. A segunda etapa decorre da primeira e desemboca em um processo permanente de ação cultural visando a emancipação. (GAUTHIER, TARDIF, 2010, p. 310)

Assim, Freire se inscreve numa perspectiva de educação crítica. Para este educador (1981, p. 87) “nenhuma ordem opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: por quê?”, e isso só seria possível através de um processo educativo que ao invés de alienar procurasse conscientizar as pessoas através do diálogo, esta é a base da teoria freireana. O ideário da educação popular está lançado.

Um dos marcos em sua carreira foi a apresentação do Relatório “A educação de Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, no II Congresso Nacional de Educação

de Adultos. Neste, defende que o ensino para adultos deve pautar-se no cotidiano daqueles que estão aprendendo a ler, porque “ler o mundo antecede a leitura da palavra”.

Dos problemas identificados e denunciados por pesquisadores, ao longo de tantos encontros de alfabetização de adultos está a “infantilização do adulto”, vista no desenvolvimento dos programas para esta modalidade de ensino. Esta se efetiva, com uma didática que deixa de fora conhecimentos sobre a andragogia; com o uso de livros inadequados, partindo de metodologias de ensino que objetivam tão e simplesmente a aquisição do saber lingüístico, o conhecimento de letras e a formação de palavras abstratas, caracterizando o que Freire chamou de “educação bancária”. Para agravar a situação encontram-se nesta modalidade educativa, professores despreparados, que “acham ser mais fácil ensinar a adultos”, ou simplesmente encaram a educação como “uma sobre-renda para o turno noturno”, temas que vamos discutir doravante.

No desenvolvimento de sua teoria Paulo Freire propõe uma pedagogia centrada na idéia de “conscientização”, esta não está atrelada a escola, nasceu no seio de movimentos sociais, culturais, como uma denúncia, um grito contra a opressão, um desejo de libertação, uma educação popular.

Opressão que ainda é mais severa em tempos atuais, com a globalização da economia, com a expansão dos meios de comunicação e informação, com a sociedade plenamente organizada em torno da escrita, mas que ainda ostenta um grande número de analfabetos conforme descrevemos no início deste texto.

Na ótica de Freire a história é vista como possibilidade e não como determinismo, assim os alunos/sujeitos do processo são instigados a refletir suas experiências históricas, situação social e pessoal com a finalidade de mudar as coisas. O fundamento filosófico dessa educação emancipadora vem do pensamento marxista, do seu engajamento político e da humanidade de seu propósito.

Segundo Gauthier e Tardif (2010, p. 320) para Freire a consciência crítica se desenvolve a partir de níveis que se inicia com o que ele denomina de consciência primária, ou seja, o indivíduo não contesta o mundo: é dominado por problemas primários e vegetativos da ordem da sobrevivência. As pessoas não agem sobre o mundo; procuram antes de tudo, não compreender e dominar a realidade, mas sobreviver. A consciência primária segue-se a consciência mágica marcada pela crença em poderes superiores, no fatalismo e na submissão. As pessoas não agem (ou agem pouco) sobre o mundo e explicam seus problemas de modo pouco profundo e marcado por idéias preconcebidas. Entregam-se ao destino, à fatalidade, etc. É com o desenvolvimento da consciência crítica, que o indivíduo tentar ir além da superfície dos problemas, a análise e questionamento das situações como também a rever suas posições e contradições. As pessoas procuram agir sobre o mundo; tomam consciência do seu poder de ação, percebendo as causas da sua própria situação.

Para tanto Freire desenvolveu o método de alfabetização de adultos, em que a palavra geradora, com valor semântico e político-social é extraída do cotidiano dos próprios sujeitos da aprendizagem. A partir desta são ensinados mais que o nome das letras e sons que elas formam quando juntas e/ou separadas, é trabalhado uma atitude de vida diante de palavras que ao expressar o mundo, expressam também poder, o poder de mudar as coisas ou de aceitá-las tal como se manifestam.

Efetivamente são três as situações de aprendizagem, primeiro o educador descobre o que o aluno conhece para trazer a cultura dele para o processo de ensino; a seguir explora os temas que emergiram para que haja uma discussão em torno de problemas reais do cotidiano e os alunos/sujeitos construam uma visão crítica da realidade; o terceiro momento busca-se soluções para superação dos impasses surgidos com os temas problematizados.

Assim Freire afirma que a alfabetização numa área de miséria só tem sentido se for realizada numa perspectiva que leva o oprimido a expulsar o opressor de dentro dele e a buscar sua autonomia.

Desta forma ele define o papel do professor,

Meu papel de professor progressista não é apenas de ensinar matemática e biologia, mas o de, tratando a temática que é, objeto de um lado de meu ensino, de outro, da aprendizagem do aluno, ajudá-lo a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva. (FREIRE, 2010, p. 121)

Em Freire o aluno é sujeito do processo de aprendizagem, aprendendo em comunhão com os outros, mediatizados pelo mundo. Numa perspectiva de transformação do mundo lido.

Paulo Freire e a alfabetização de adultos

Voltando ao que discutimos inicialmente neste texto, Soares (2001) enfatiza que em 2000 quase 20 milhões da população do Brasil são considerados analfabetos absolutos, passam de 30 milhões os analfabetos funcionais e a faixa dos 70 milhões os brasileiros acima de 15 anos que não atingiram o nível mínimo institucional, ou seja, o ensino fundamental. Soma-se a estes, o que Soares (op cit) denomina de “neoanalfabetos”, pois mesmo frequentando a escola, não estão conseguindo atingir o domínio da leitura e da escrita.

Parece que a questão do analfabetismo entre jovens e adultos ainda não fora solucionada e continua, mesmo após Freire, carecendo de cuidados e de políticas mais eficazes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 preconiza em seu artigo 37 que,

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O artigo 38 também destinado a EJA atesta que

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos;

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

De acordo com a Lei encontramos salas de EJA, divididas em segmentos conforme as séries do ensino fundamental. A experiência⁶ mostra que tais salas são inadequadas ao adulto em termos de mobiliário, luminosidade, espaço e recursos didáticos (livros, quadro branco...). Como estas salas são ocupadas pelo ensino regular durante o dia os educadores da EJA não têm liberdade de ação para modificar os espaços.

A composição das salas de aulas da EJA também se configura num desafio, posto que há alunos em faixas etárias bem diversas que chegam a variar entre 15 e 60 anos.

O encontro intergeracional e intrageracional é muito positivo, no entanto, nas condições de um curso noturno em que os interesses de vidas são diferentes isso se torna bastante complicado. Um jovem de dezessete anos quer recuperar o tempo perdido em termos de conquista de um emprego melhor, uma oportunidade no mercado de trabalho... As pessoas de 60 anos e/ou mais querem simplesmente aprender a ler; na faixa etária intermediária temos àqueles que precisam aprender a ler porque querem conseguir uma carteira de habilitação de transporte automotivo... Em meio a tudo e a todos está um professor que algumas vezes quer só um pouco mais de descanso posto que “já trabalhou demais” e a EJA não exigiria tanto dele. Também há aqueles que gostam de trabalhar com adultos, mas não conseguem ir além das limitações de suas próprias formações.

Diante dessa realidade indagamos “por que a evasão entre alunos da EJA é tão frequente? Na escola escutamos algumas afirmações que revelam como os educadores, gestores e alunos explicam a questão como, por exemplo: “É muito difícil o jovem estudar e trabalhar!”; “tem o problema das drogas”; “eles não conseguem aprender e ficam desestimulados”; “Eles, principalmente as mulheres, não têm com quem deixar os filhos”. A todas essas possíveis explicações podemos levantar uma série de questionamentos, mas o importante é perceber que em nenhuma delas se enfrenta realmente a problemática de fundo.

Nos questionamos: como trabalhar na EJA com as idéias e concepções de Paulo Freire de conscientização e emancipação? E mais, até que ponto os Programas que se propõe a Educação de Jovens e Adultos assumem as proposições de Freire?

Neste texto faremos uma rápida incursão nos Programas: Projovem Urbano e no O Programa Brasil Alfabetizado (PBA). O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, trabalho e cidadania - Projovem Urbano, tem como foco jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental⁷, o que diminui as questões de disparidade de faixa etária na EJA. Este, se apresenta como um programa de “resgate” do jovem da marginalidade, qualificando-o para a cidadania através de práticas de participação cidadão e para o mundo do

⁶ A experiência no Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri –URCA, que fica na região do Cariri cearense, tem possibilitado acompanhar salas de aulas destinadas a EJA entre as cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha, e ao mesmo tempo, trabalhar com a formação de professores para esta modalidade educativa.

⁷ Os jovens deveriam teoricamente ser alfabetizados, mas a experiência mostra que a maioria não tem o domínio da leitura e da escrita necessário ao acompanhamento dos conteúdos do ensino fundamental.

trabalho, através da qualificação profissional. O programa apresenta uma proposta de currículo interdimensional e interdisciplinar e, ainda, oferece uma bolsa de R\$ 100,00 aos alunos participantes.

Quando paramos para analisar o currículo num primeiro momento podemos pensar que a proposta dos Temas geradores defendidos por Freire norteiam a proposta curricular, no entanto, se formos pensar que para Freire os temas geradores surgem da realidade específica de cada Círculo de cultura e por isso o momento de investigação com e na comunidade é tão importante, numa mesma cidade os Círculos de cultura terão temas geradores diferentes. É a partir dos temas geradores que o processo de problematização e de desenvolvimento da consciência crítica partem. Nesse sentido, mesmo aparentemente o currículo do Projovem urbano propor temas que numa perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar levem o jovem a pensar suas situações de vida, de jovem, e trabalhador... não surgem da realidade das comunidades onde esses jovens estão inseridos, os temas foram definidos *a priori*, são os mesmos temas de norte a sul do país, e de forma “quase mágica” devem dar conta da realidade, diga-se de passagem diferenciada, da juventude. Com se pudesse pensar que existe uma única realidade de juventude no nosso país.

Como nos alerta Freire temos que estar atentos pois no atual contexto em que o ideário neoliberal incorpora o dicionário democrático: autonomia, cidadania, participação dentre outras palavras dando-lhes outros significados.

Há um sinal dos tempos, entre outros, que me assusta: a insistência com que, em nome da democracia, da liberdade e da eficácia, se vem asfixiando a própria liberdade e, por extensão, a criatividade e o gosto da aventura do espírito... É claro que já não se trata de asfixia truculentamente realizada pelo rei despótico sobre os seus súditos, pelo senhor feudal sobre os seus vassallos, pelo colonizador, sobre os colonizados, pelo dono da fábrica sobre seus operários, pelo Estado autoritário sobre os cidadãos, mas pelo poder invisível da domesticação alienante que alcança a eficiência extraordinária no que venho chamando de “burocratização da mente”. (FREIRE, 2011, p. 111)

Portanto, não podemos perder de vista que essa proposta é parte de uma política neoliberal: a formação aligeirada não permite a solidificação de saberes; responde a imediata necessidade do mercado de trabalho, que atesta que há um grande potencial de jovens desperdiçado por não terem sequer o ensino fundamental.

Há outros pontos importantes a considerar, os professores são selecionados e todos formados na área em que atuam, recebem formação inicial e continuada de acordo com a proposta pedagógica do programa, porém, as condições materiais e estruturais dificultam o bom desenvolvimento dos fazeres próprios que essa atividade requer. Os manuais de estudo devem seguir um calendário nacional em virtude do acompanhamento de periódicos exames avaliativos externos.

Segundo Freitas (1989) é preciso aproveitar o interesse do capital pela educação e tentar impor o nosso projeto político. Percebemos que os professores vão tentando fazer isso, mas a própria condição objetiva deles mesmos (salarial e de trabalho...) dificulta esse processo.

Quando o Projovem chegou, ao menos para a região do cariri cearense da qual estamos tratando, “esvaziou”⁸ um outro programa (este específico de alfabetização de adultos) o “Brasil Alfabetizado”.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2003 para promover o acesso à educação como um direito de todos, em qualquer momento da vida. O Programa capacita alfabetizadores e alfabetiza cidadãos com 15 anos ou mais, que não tiveram oportunidade, ou foram excluídos da escola, antes de aprenderem a ler e a escrever. O objetivo que esses alunos entrem na EJA, já alfabetizados para dar prosseguimento aos seus estudos.

Nesse programa, o MEC tem o papel de viabilizar, por meio de repasse de recursos, as condições para que as instituições possam desenvolver a tarefa de ensinar a ler e escrever. O MEC também acompanha e avalia todas as ações dos conveniados.

As instituições podem apresentar o método que mais se adequar à realidade das comunidades onde atuam. O importante é que as propostas pedagógicas comprovem que os alunos serão capazes de ler, escrever, compreender e interpretar textos e realizar as operações matemáticas básicas.

No PBA diferentemente do Projovem Urbano, os professores não precisam ter formação específica, as salas de aula são compostas pelos próprios docentes que buscam seus alunos de porta em porta e assim formam uma turma que é cadastrada nas secretarias de educação⁹. Muitos são tão carentes quanto os alunos com os quais vão atuar, precisam muito desse “emprego”, outros complementam a renda no turno noturno. Eles devem passar por uma formação inicial e continuada de acordo com o que o programa requer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Gadotti (2000, p. 279) o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo, sem combater suas causas. A sucessiva prática de campanhas/programas além de não resolverem a questão do analfabetismo, não favorecerem a sua cessação, até os agravam. Daí precisamos dos ensinamentos “amorosos”, “denunciadores” e “anunciadores” de Paulo Freire na luta a favor da educação, talvez esse seja o seu maior legado.

Na análise dos programas aliada a experiência, percebemos que os mesmos buscam enfrentar a problemática do analfabetismo. Aqui nos referimos mais especificamente aos dois programas: Projovem Urbano e PBA, na concepção que os norteiam a pedagogia de Freire é só uma alusão discursiva, sem no entanto, ser assumida nas formações o que, de certa forma, é coerente, já que como parte de uma política neoliberal assume os pressupostos do ideário neo-liberal que são opostos ao ideário de emancipação e libertação de Freire. Com esta afirmação, não pretendemos descartar a contribuição que os referidos programas tem dado, e nem tampouco, negar que muitos educadores têm tentado realizar um trabalho em que os postulados da conscientização estejam permeando sua prática docente, embora isso nem sempre seja possível.

⁸ Esta foi a expressão usada pelos educadores do Brasil Alfabetizado, informando que estavam “perdendo alunos para o Projovem Urbano por causa da bolsa de R\$ 100,00.

⁹ O “emprego” deles depende do trabalho de convencimento do aluno sobre a necessidade de aprender a ler, daí o mal estar provocado com a bolsa do Projovem, é como uma competição, o que Freire diria sobre isso?

Numa sociedade em que os educadores se encontram em situação tão precarizada, com baixos salários, empregos temporários, escutam depoimentos como: “tenho que sair de casa cedo para ir de casa em casa levando os meus alunos, senão eles não vêm”, ditos freqüentemente por professoras do PBA. O professor é responsável por manter a sua sala (e o seu pagamento) caso contrário a sala fecha, ele é desligado do programa. Por vezes perde a sua única fonte de renda, como podemos pensar numa educação de qualidade? Mas como Freire durante toda a sua vida lutou, e proclamou não podemos perder a esperança.

Esperança que se alimenta de professores que se dedicam para além de manter a sala, ensinar o pouco/muito que sabem e conseguem desfrutar da alegria de ver seus alunos aprendendo a ler e eles próprios se descobrindo como agentes/sujeitos/professores. São pessoas que apesar de todas as adversidades vão tentando (ou sendo obrigados) a contribuir para a construção de um “outro mundo possível”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização Possível**, reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**, a organização escolar. Ver. Ampl. 15 ed. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção Memória da Educação)

SOARES, Leôncio. **As Políticas de EJA** e as Necessidades Básicas de Aprendizagem dos Jovens e Adultos. In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio. A Educação de Jovens e Adultos In: Gadotti, Moacir [et al] **Educação no século XXI: perspectivas e tendências**. Rio de Janeiro: Relume: Dulmar: Ediouro; São Paulo: Segmento Duetto, 2006 (Coleção Memória da Pedagogia, n. 6)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. (orgs.) **A pedagogia**, teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN 9394/96. Brasília, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREITAS, Luis Carlos. **Crítica da organização** do trabalho pedagógico e da didática, a prática pedagógica do professor de didática. Campinas, SP: Papirus, 1989.